

DISCUTINDO O CONCEITO DE POLÍTICAS CULTURAIS

Paula Félix¹

Resumo: As políticas culturais já figuram como um tema em distintas áreas de investigação e estudo. Contudo, ainda carece de um debate conceitual que permita um melhor fundamento teórico destes trabalhos. Este artigo dedica uma atenção especial à reflexão sobre o conceito de política cultural, introduzindo uma discussão a respeito das semelhanças e discordâncias de ideias geralmente vinculadas a ele, e tentando preencher algumas lacunas que não dão conta de explicar alguns de seus aspectos.

Palavras-chave: políticas culturais, conceito, lacunas.

Contrapondo conceitos

Os estudos sobre políticas culturais possuem uma visibilidade crescente, pois cada vez há mais pesquisadores, profissionais e instituições interessadas em trabalhar este tema. Contudo, é perceptível a fragilidade teórica que envolve este campo, visto que poucos são os trabalhos preocupados em trazer uma discussão mais conceitual.

Neste sentido, apresentamos e contrapomos algumas versões para o conceito de políticas culturais que começaram a surgir e a serem debatidas especialmente a partir da década de 1960. Nesse período, ressalta-se a importância das Organizações das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em torno da reflexão e debate sobre assuntos relacionados à cultura². Em 1969, a instituição divulgou o

¹ Doutoranda do programa de Pós-graduação em Cultura e Sociedade – Faculdade de Comunicação / Universidade Federal da Bahia. E-mail: paula.fr@gmail.com

² A Unesco vem desempenhando um importante papel na construção de conceitos, tais quais *cultura*; *diversidade*; *economia criativa*; e *patrimônio*. Na área de políticas culturais promoveu importantes encontros: 1970 – *Conferência Inter-Governamental sobre os Aspectos Institucionais, Administrativos e Financeiros das Políticas Culturais*, em Veneza; 1982 – *Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais* (Mondiacult), na Cidade do México; 1998 – *Conferência Inter-Governamental sobre Políticas Culturais para o Desenvolvimento*, em Estocolmo. (HARVEY, 1990)



documento *Cultural policy: A preliminary study*³, que fez parte da coleção *Studies and documents on cultural policies*, publicada ao longo da década de 70, sobre as políticas culturais dos países-membros. Neste documento, define-se:

‘cultural policy’ is taken to mean a body of operational principles, administrative and budgetary practices and procedures which provide a basis for cultural action by the State.. (...) ‘cultural policy’ should be taken to mean the sum total of the conscious and deliberate usages, action or lack of action in a society, aimed at meeting certain cultural needs through the optimum utilization of all the physical and human resources available to that society at a given time. (UNESCO, 1969, p. 4 e 10)⁴

Este conceito se restringe a atuação estatal, reduzindo-o a uma ferramenta pública que busca atender as necessidades culturais da população através do uso eficiente de recursos humanos e materiais. Obviamente devemos considerar o momento em que a UNESCO elaborou este conceito, influenciado pelo direcionamento do conteúdo a agentes governamentais e pela imaturidade das discussões sobre o tema. Mas a questão é que ignorar a participação de instituições não-estatais na condução do campo cultural contrapõe-se à realidade contemporânea, cuja presença de instituições privadas e organizações civis estão cada vez mais associadas às políticas culturais. Conforme nos descreve Canclini, uma política cultural não se restringe a atuação governamental. Ela envolve atores públicos, privados e da sociedade civil, podendo, inclusive, atuar em conjunto:

Los estudios recientes tienden a incluir bajo este concepto al conjunto de intervenciones realizadas por el estado, las instituciones civiles y los grupos comunitarios organizados a fin de orientar el desarrollo simbólico, satisfacer las necesidades culturales de la población y obtener consenso para un tipo de orden o transformación social. Pero esta manera de caracterizar el ámbito de las políticas culturales necesita ser ampliada teniendo en cuenta el carácter transnacional de los procesos simbólicos y materiales en la actualidad. (CANCLINI, 2001, p. 65).

Contrapondo os dois conceitos, percebemos que ambos apresentam lacunas, visto que não deixam claro o objetivo de uma política cultural. Canclini o descreve

³ Esta publicação resultou da Mesa Redonda sobre Políticas Culturais, realizada entre 18 e 22 de dezembro de 1967, em Mônaco. Contou com a participação de 32 pessoas vindos de 24 países (UNESCO, 1969, p. 4).

⁴ “Política cultural é entendida como um conjunto de princípios operacionais, práticas administrativas e orçamentárias e os procedimentos que fornecem uma base para a ação cultural do Estado. (...) ‘Política cultural’ deve ser entendida como a soma dos usos conscientes e deliberada, de ação ou falta de ação na sociedade, visando atender a determinadas necessidades culturais por meio da utilização ótima de todos os recursos materiais e humanos disponíveis em uma sociedade em um momento determinado” [tradução da autora]

como uma orientação para o desenvolvimento simbólico, satisfazer necessidades culturais da população [citado também no documento da UNESCO] e obter um consenso para um tipo de ordem ou transformação social. Diante do exposto, questionemos, então, como se reconhece tais necessidades; como se obtém (e se é possível) estabelecer tal consenso; e que tipo de ordem ou transformação social se espera ou se almeja através de uma política cultural. Apesar de ser mais condizente com a realidade cultural contemporânea, incluindo aspectos como a transnacionalidade dos processos simbólicos e culturais, além da multiplicidade de agentes, ainda não conseguimos vislumbrar a que se destina, de fato, uma política cultural.

Na tentativa de esclarecer inquietações e questionamentos que começamos a abordar, seguimos com a apresentação de conceitos sobre políticas culturais. Segundo Teixeira Coelho:

Constituindo (...) uma ciência da organização das estruturas culturais, a política cultural é entendida habitualmente como programa de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis, entidades privadas ou grupos comunitários com o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas. Sob este entendimento imediato, a política cultural apresenta-se assim como o conjunto de iniciativas, tomadas por esses agentes, visando promover a produção, a distribuição e o uso da cultura, a preservação e divulgação do patrimônio histórico e o ordenamento do aparelho burocrático por elas responsável. (COELHO, 1997, p. 293)

Barbalho (2005) critica alguns aspectos deste conceito argumentando que a política cultural não requer uma ciência própria, ou seja, a criação de uma nova área científica. Pode e deve ser objeto de estudos e reflexões a partir das áreas já existentes (antropologia, sociologia, história, etc.) ou mesmo através de um enfoque multidisciplinar. O autor também defende que o termo “organização das estruturas sociais” remete muito mais à ideia de gestão cultural. Enquanto a política trata “dos princípios, dos meios e dos fins norteadores da ação”, a gestão cultural trata “de organizar e gerir os meios disponíveis para execução destes princípios e fins”. A gestão, portanto, estaria “inserida na política cultural, faz parte de seu processo”. (BARBALHO, 2005, p. 36).

Mas voltemos às lacunas presentes na definição de política cultural. Seriam as necessidades culturais da população, tão presente nos conceitos até então citados, traduzidos pela *promoção da produção, da distribuição e do uso da cultura, a preservação e divulgação do patrimônio histórico e o ordenamento do aparelho burocrático por elas responsável*, conforme nos descreve Teixeira Coelho? A atuação

dos agentes envolvidos no propósito de satisfazer tais necessidades culturais da população nos parece limitada. Ou então, teríamos que desconsiderar aspectos como participação, desenvolvimento, pesquisa e consumo cultural. Outro fator que merece ser observado é o destaque dado ao patrimônio histórico e sua separação em relação à palavra “cultura”. O setor poderia estar subentendido na *promoção da produção, da distribuição e do uso da cultura*. Talvez isso nos remeta ao fato de que os investimentos no setor patrimonial sempre foram marcantes quando comparados a outras áreas culturais.

Miller e Yúdice reforçam o caráter administrativo e burocrático de uma política cultural:

La política cultural se refiere a los soportes institucionales que canalizan tanto la creatividad estética como los estilos colectivos de vida: é un puente entre los dos registros. La política cultural se encarna en guías para la acción sistemáticas e regulatorias que adoptan las instituciones a fin de alcanzar sus metas. Em suma, es más burocrática que creativa u orgánica: las instituciones solicitan, instruyen, distribuyen, financian, describen y rechazan a los actores y actividades que se hallan bajo el signo del artista ou de la obra de arte mediante la implementación de políticas. Los gobiernos, sindicatos, universidades, movimientos sociales, grupos comunitários, fundaciones y empresas ayudan, financian, controlan, promueven, enseñan y evalúan a las personas creativas: de hecho, deciden y instrumentan a menudo los mismos criterios que hacen posible el uso del vocábulo ‘creativo’. (...) A su vez, estos criterios pueden derivarse, respectivamente, de la doctrina jurídica, la educación de la ciudadanía, los objetivos turísticos, los planes lucrativos de los empresarios ou los deseos filantrópicos. (MILLES; YÚDICE, 2004, p. 11-12)

É interessante observar que aqui o foco das políticas culturais já não é mais a necessidade cultural da população, mas as metas institucionais. Apesar disso, podemos induzir que uma política cultural traz conseqüências tanto para a estética quanto para os estilos de vida coletivos, à medida que se entrelaça com o valor do que se considera “criativo”. Esse valor é determinante para o que podemos denominar “critério de seleção” das políticas culturais, que determina o que será financiado, solicitado, promovido, valorizado, etc.

Chegamos então a uma das questões chave deste trabalho. Ao questionar os conceitos transcritos sobre políticas culturais, reconhecemos as lacunas e brechas que eles ainda possuem, ao mesmo tempo em que identificamos a real necessidade de amadurecer as discussões em torno dele. Reconhecendo que todo conceito possui uma limitação, pois nunca conseguirá dar conta dos múltiplos aspectos que o contempla, e que não apresenta necessariamente um consenso, não podemos correr o risco de fazer

argumentações e análises pressupondo que todos entendem claramente o conceito que o serve de base.

Já ultrapassamos a fase ou os limites que colocam em destaque a existência e a importância das políticas culturais e agora precisamos buscar uma maturidade conceitual que delimite aspectos como seus objetivos, instrumentos e área de atuação, como forma de poder dar suporte aos estudos que se multiplicam na área e para a atuação dos agentes e atores envolvidos na prática de uma política cultural.

Reforçando alguns pontos conceituais

Voltemos, então, aos conceitos transcritos acima. Ao questioná-los, não estamos retirando o mérito dos seus autores, nem descartando de todo as suas ideias. Mas podemos tentar aprofundar aquilo que não foi dito ou que ficou nas entrelinhas. Podemos, também, identificar aspectos semelhantes ou divergentes que aparecem de forma implícita ou explícita em todas as citações.

Isso nos permite fazer alusão a quatro pontos importantes relacionados a uma política cultural, tomados a partir das transcrições anteriores:

- I) multiplicidade de atores e agentes envolvidos;
- II) caráter administrativo-burocrático;
- III) necessidades culturais;
- IV) intervenção cultural.

O contexto atual torna insustentável a afirmação de exclusividade do Estado na condução de uma série de aspectos da vida social, inclusive da cultura. Quando se trata de políticas culturais, isso se torna perceptível, por exemplo, quando comparamos dados do financiamento cultural que contempla o setor público e o privado; vislumbramos a força das indústrias culturais; ou identificamos o desenvolvimento de projetos e atividades culturais sendo realizadas por diversas instituições (públicas, civis ou privadas). E essa característica é ainda mais perceptível quando se trata de governos politicamente democráticos.

Rubim afirma que uma política cultural deve considerar, além do Estado:

a iniciativa privada abrange tanto os setores voltados à produção cultural, a exemplo das indústrias da cultura, como aqueles segmentos distantes do campo cultural, mas que, na atualidade, podem manter relacionamentos diversos com este campo, através de dispositivos como o mecenato, o

marketing cultural, etc. A sociedade civil organizada, seja ela vinculada ou não ao campo dos bens simbólicos, também aparece como ator significativo na atualidade, seja como produtor, estimulador, demandante ou consumidor culturais. Os públicos, com traços bem diversificados, sejam eles amplos ou restritos, especializados ou não, jogam papel considerável na dinâmica cultural contemporânea. Os profissionais da cultura, de ramos muitos distintos e com caracteres desiguais, têm papéis imprescindíveis de sujeitos nessa dinâmica. (RUBIM, 2001, p.2)

Harvey (1990, p. 18) nos fala que uma política cultural se vincula a uma multiplicidade de instituições e pessoas, as quais ele denomina de “protagonistas da política cultural”. Estes seriam compostos pela *população do país*, analisados sob o ponto de vista de “público das atividades culturais, como consumidores de bens e serviços culturais e participantes na vida cultural da comunidade”; pelos *escritores*, artistas e outros criadores, “tidos como a chave mestra do processo de criatividade dentro da comunidade”; as *instituições culturais civis*, “cuja organização e funcionamento deu lugar a regulamentações normativas em diversos países”; e as *indústrias culturais*, que “se dedicam a produção, distribuição e comercialização de bens e serviços culturais”.

Assim, chegamos a um ponto importante relacionado à política cultural. A participação e a presença dos atores e agentes culturais não são estáticas. Ao contrário, são dinâmicas. Eles podem se diversificar; podem possuir medidas de atuação ou de força alteradas a depender do contexto vivido em um determinado momento. Ou seja, a supremacia e o destaque da atuação estatal no campo político-cultural era visível em um período em que se colocava e se cobrava ao Estado um papel de “provedor maior”. Mas à medida que o campo sociocultural se transforma, outros atores começam a surgir e a ganhar força, especialmente a partir do crescimento das relações baseadas no mercado e na interdependência econômica e política entre os países. E a própria atuação estatal varia a depender, por exemplo, do grau de democratização da sua política. Assim, não se pode definir ou analisar os atores e agentes de uma política cultural sem considerar as peculiaridades do contexto sociocultural em análise.

O *caráter administrativo-burocrático* de uma política cultural se relaciona com os aspectos organizativos que possibilitam a intervenção dos diferentes agentes e atores no setor cultural. Envolve iniciativas como planejamento, orçamento, formulação e aprovação de leis e regulamentos, elaboração de programas e projetos, financiamento, seleção (de grupos, artistas, projetos, manifestações, etc.), contratações; aquisições etc. É o que permite o desenvolvimento das ações e intervenções que compõem o âmbito

das políticas culturais, realizadas com o intuito de, entre coisas razões, satisfazer às necessidades culturais.

Sob o entendimento literal a respeito de *necessidades culturais* enquanto aquilo que é imprescindível e/ou importante culturalmente a um indivíduo ou a um grupo, deduzimos que a identificação das mesmas depende daquilo que se considera cultura. Bauman (2002) afirma que há três discursos distintos associados ao termo: cultura como conceito hierárquico; como conceito diferencial; e conceito genérico de cultura. Segundo o autor, no primeiro uso da palavra, tendemos a qualificar as pessoas em função do seu “nível” de cultura:

Se etiquetamos alguém como uma pessoa ‘com cultura’, habitualmente queremos dizer que está bem educada, formada, urbanizada, enriquecida ou enobrecida acima do seu estado natural. Tacitamente, assumimos que há outros que não possuem semelhantes atributos. A pessoa ‘cultivada’, ‘com cultura’, é o antônimo da pessoa ‘sem cultivar’, quer dizer, ‘sem cultura’ (BAUMAN, 2002, p. 103).

Já no conceito diferencial, “a palavra cultura se emprega para dar conta de diferenças aparentes entre comunidades de pessoas (temporal, ecológica ou socialmente discrimináveis, diferenciáveis)” (BAUMAN, 2002, p.118). A terceira concepção de cultura deriva da segunda, “se nutre daquelas partes que a concepção diferencial não menciona ou passa por alto” (BAUMAN, 2002, p 148). Em síntese:

se a noção hierárquica põe no mastro a oposição entre maneiras ‘refinadas’ e ‘grosseiras’ – assim como a ponte educativa que deve haver entre elas –, se a noção diferencial é um broto e um esforço da preocupação pelas incontáveis – e multiplicáveis até o infinito – oposições entre os estilos de vida de vários grupos, a noção genérica se constrói ao redor da dicotomia entre os mundos natural e humano, ou melhor, ao redor desse antigo e perseverante tema da filosofia social européia que é a distinção entre *actus hominis* (o que passa ao homem) e *actus humani* (o que o homem faz). O conceito genérico versa sobre os atributos que unem a humanidade no sentido de que a diferencia de qualquer outra coisa. Em outras palavras, o conceito genérico de cultura trata sobre as fronteiras entre o homem e o humano. (BAUMAN, 2002, p. 149)

Podemos então, concluir que o entendimento que se tem sobre cultura enumera e evoca necessidades distintas. Conforme a primeira concepção do termo, a educação, que inclui o processo de ensino formal e as regras de “boas maneiras”, poderia ser considerada o mais importante. A segunda definição demonstra a diversidade e diferenças entre os grupos, de modo que isso acompanharia o que seria necessário a cada um deles. A terceira concepção refere-se a tudo aquilo que nos diferencia dos

outros animais, o que torna as necessidades culturais tão infinitas e complexas quanto aquilo que nos torna humano.

A respeito das duas últimas concepções, quando tratamos de políticas culturais, torna-se fundamental estabelecer um limite, uma definição mais clara do que seriam as necessidades culturais ou, ao menos, estabelecer graus de priorização. Sem essa delimitação a *intervenção cultural* se torna inviável, à medida que são as necessidades culturais que, em boa medida, justificam a ação de atores e agentes no campo da cultura.

Assim, quando se trata de políticas culturais, tão ou mais importante quanto “entender” o significado das necessidades culturais é o processo para identificá-las e atendê-las. Essa seria uma etapa preliminar à intervenção cultural. Uma espécie de diagnóstico e perfil que possibilita intervenções coerentes (e não impositivas). E ambas (necessidades e intervenções culturais) estão correlacionadas e dependem de uma série de outros fatores, tais como os objetivos e interesses dos diferentes atores e agentes culturais; nível de participação e de reivindicação dos diferentes grupos sociais; e recursos disponíveis (materiais, humanos, de informação, tecnológicos, etc). Se as necessidades culturais antecedem e justificam a intervenção, esta última corresponde à atuação dos diferentes agentes e atores no campo cultural.

Essa intervenção pode ocorrer de maneiras distintas e influenciar de diferentes formas uma realidade cultural. Exemplos de intervenções podem ocorrer no sentido de regular, financiar, promover e conservar. Tais atuações podem trazer diferentes conseqüências para o campo cultural, consideradas tanto seus aspectos positivos quanto negativos, ou seja, pode auxiliar no fortalecimento e multiplicação; ou no enfraquecimento e desaparecimentos de manifestações, setores, agentes culturais, etc.

A não intervenção também está presente na ideia de política cultural. Para Leftwich:

De hecho no hay nada más político que los constantes intentos de excluir ciertos tipo de problemas de la política. Estos intentos representan estrategias de despolitización, esto es, estrategia para que ciertos puntos se traten como si no fueran temas adecuados de la política. Lo que en realidad están pidiendo es que nos abstengamos de participar en la política, esto es, en decisiones acerca del empleo y distribución de los recursos en relación con recursos que son importantes para nuestra vida. En si, no están tratando de fomentar, defender o siquiera de aislar la política, están intentando suprimirla (HELD; LEFTWICH *apud* CAMINAL, 2006, 32, tradução nossa)

Os discursos que defendem a não intervenção no campo cultural, baseando-se na justificativa de que a cultura acontece livremente no cotidiano social e que a intervenção seria um propósito para manipulá-la ou controlá-la, geralmente escondem uma

negligência e uma despreocupação com as necessidades culturais. Além disso, não reconhecem (ou omitem) as relações desiguais que ocorrem no campo cultural, gerando distintos acessos à produção e ao consumo cultural, e que, portanto, necessitam de algum tipo de intervenção.

Lacunas conceituais

A partir da discussão sobre aspectos visíveis e similares nos conceitos apresentados sobre políticas culturais, podemos agora tentar preencher algumas lacunas existentes. Podemos destacar alguns aspectos:

- I) aspecto político;
- II) aspecto cultural;
- III) campo de atuação

Os dois primeiros aspectos se relacionam e talvez seja melhor que os analisemos conjuntamente. Para tanto, tomemos como ponto inicial a reflexão sobre a dificuldade em se definir política cultural, pois o termo é a união de outros dois conceitos complexos: política e cultura. Portanto, pensar em política cultural requer a discussão dos mesmos. Pois se anteriormente já introduzimos as diferentes abordagens ligadas ao termo cultura, agora passemos a tentar entender o significado de política. Como ponto em comum, cabe frisar que ambos possuem uma multiplicidade semântica aliada a um uso rotineiro, ou seja, são termos empregados frequentemente pelos indivíduos.

Em relação ao conceito de política, Canotillo (2003) aponta três usos recorrentes deste vocábulo, o qual pode ser entendido como *gestão*; como *estratégia*; e como *atos específicos relevantes do domínio do político*:

1. Política/gestão

O cotidiano da comunicação alerta-nos frequentes vezes para o uso da palavra política no sentido de complexo de objetivos, previamente definidos, conexions com os meios racionalmente possíveis e adequados para os atingir. Quando se fala, por exemplo, de "política da agricultura", de "política da energia", de "política dos transportes", de "política do emprego", de "política da universidade", tem-se sempre em vista a existência objectiva de um problema posto aos homens pela realidade natural e social, bem como as escolhas possíveis e racionais em face dos meios existentes para os solucionar. (...) Ela liga-se, como vai ver-se em seguida, à ideia de estratégia.

2. Política/estratégia

(...) Aqui, o acento tónico incide não tanto na existência objectiva de problemas, mas nas escolhas, nos fins e nos meios subjectivamente definidos ou individualizados por um governo, por um partido, por um grupo social ou económico. A política aproxima-se da ideia de estratégia adoptada por determinados sujeitos (ministros, partidos, governos, grupos) para resolver determinados problemas da comunidade.

3. Política/factos específicos relevantes do domínio do político

(...) Poderíamos também falar aqui (...) de usos externos, susceptíveis de serem expressos por outros vocábulos. Assim, em vez de "política partidária" é possível aludir a uma "estratégia partidária"; em substituição da "política da universidade" é habitual usar o termo "questão ou problema da universidade". Todavia, deparamos também com usos que não dispensam o próprio qualificativo de político. Quando se discorre sobre um "discurso político" ou sobre um "conflito político", o qualificativo "político" insinua ou sugere a existência de "factos" dotados de certas características, isto é, factos que relevam do mundo ou universo do político. A captação do sentido através do seu uso parecer ser, neste caso, insuficiente, impondo-se a compreensão da construção convencional dos objectos políticos. (CANOTILLO, 2003, p. 28 e 29)

Além dos usos comuns e cotidianos para o termo, devemos considerar que a política (assim como cultura) também está fundamentada em diferentes áreas científicas, entre as quais podemos destacar o campo do Direito, da Filosofia e da Ciência Política. Valléz (2010) nos aponta quatro grandes correntes teóricas ligadas à definição de política:

[I] A política como controle sobre pessoas e recursos. Seria político todo fenómeno vinculado a formas de poder ou de domínio sobre os demais (Maquiavel, Lasswell, Dahl), impondo-lhes condutas que não seriam espontaneamente adotadas. [II] A política como atividade desenvolvida através de um sistema de instituições públicas. Seria política toda atividade inserida em instituições estáveis – basicamente, o Estado –, autorizadas para exercer uma ação sobre a sociedade (Weber). [III] A política como atividade dirigida por valores de ordem e equilíbrio social. Seria política toda atividade encaminhada ao fomento do bem comum ou do interesse geral, mediante a redistribuição de valores (Aristóteles, Tomás de Aquino, Locke, Parsons, Easton). [IV] A política como atividade vinculada à defesa da comunidade contra uma ameaça exterior. A preparação para a guerra e a organização militar – com suas exigências de hierarquia, disciplina, recursos fiscais e coação – estariam na origem da atividade política (Spencer, Gumplowicz). Esse ponto de vista influenciou também em uma concepção de política interna, que a entende como luta permanente ‘nós-eles’, baseada na distinção ‘amigo-inimigo’ (Schmitt). (VALLÉZ, 2010, p. 29, tradução nossa)

Ao analisar os diferentes usos e conceitos da política percebemos que eles não são, necessariamente, excludentes. Assim, política pode ser vista como as distintas relações de poder estabelecidas na sociedade; como as atividades realizadas pelas instituições públicas; como fator de ordem e equilíbrio social; e como uma defesa às ameaças vindas de outras nações. E ao repensar este conceito, indagamos que não à toa ele dá a base para pensar as políticas culturais. Para entender o aspecto político de uma política cultural, podemos tentar aplicá-lo no contexto cultural.

Se tomarmos como referência as correntes teóricas acima, podemos exemplificar a primeira situação através das diferentes relações de força estabelecidas entre os diferentes atores culturais. Há pouco afirmamos que o Estado não pode mais ser

considerado o único agente com capacidade de decisão e intervenção política. E quando se trata do campo cultural, isso se torna visível quando contrastamos as pressões exercidas pelos diferentes setores culturais ou até mesmo dentro de um setor. Assim, como comparar, por exemplo, o poder decisório das grandes indústrias culturais e o dos grupos populares, ou ainda, o de uma grande e de uma pequena produtora audiovisual. São essas distintas capacidades de intervenção (política) que permitem um maior ou menor financiamento, a elaboração de uma legislação mais protetora ou mais liberal, maior ou menor espaço nos grandes meios de comunicação etc.

O entendimento de política enquanto as atividades realizadas pelas instituições públicas também se aplica claramente à cultura. A agenda cultural está cada vez mais presente nas ações e políticas do Estado. Rubim (2006, p. 4) afirma que vivemos um processo de “culturalização da política”:

Aos “tradicionais” temas da política moderna – tais como: Estado; governos (executivo, legislativo e judiciário); monopólio da violência legal; direitos civis; liberalismo econômico etc. – a partir do século XX são agregadas novas demandas político-sociais, muitas delas de teor cultural. Ecologia; gênero; orientação sexual; modos de vida; estilos de sociabilidade; comportamentos; desigualdades societárias; diferenças étnicas, religiosas e nacionais; diversidade cultural; valores sociais distintos etc são temáticas incorporadas ao dia-a-dia da política, passam a compor os programas dos partidos políticos e a fazer parte das políticas governamentais, sendo, simultaneamente, reivindicados pelos movimentos sociais e pela sociedade civil. Enfim, são agendas introduzidas, de modo crescente e substantivo, no universo da política. (RUBIM, 2006, p.4)

Essas novas demandas culturais têm acarretado, entre outras coisas, uma especialização do Estado, demonstrada através das inúmeras instituições (ministérios, conselhos, fundações, secretarias, etc.) criadas para gerir e intervir em diversos setores culturais (patrimônio, artes, audiovisual, etc.). Obviamente isso varia quando comparamos cidades, regiões e países, mas ainda é indiscutível a presença e a importância do Estado para o setor cultural.

A terceira visão sobre a política, pensada como fator de ordem e equilíbrio social, também se revela ligado à cultura. Em momentos de maior controle social e político, muitas vezes o campo cultural sofreu intervenções em prol do “bem comum”. A ditadura política brasileira nos serve de exemplo. As censuras e repressões a artistas e intelectuais se justificavam muitas vezes através da preservação da moral, dos bons costumes e de uma produção cultural qualificada.

A última definição de política enquanto atividade de defesa da comunidade contra as ameaças vindas do exterior nos parece, em um primeiro momento, difícil de

ser aplicada à cultura. Especialmente porque hoje há um discurso recorrente sobre as interposições e fluxos culturais, facilitadas pelas evoluções tecnológicas e interdependência entre os países. Mas nem sempre a circulação simbólica acontece livremente ou sem resistências. Podemos tomar como exemplo os fluxos migratórios de pessoas. Ainda convivemos com inúmeros problemas de convivência e aceitação de imigrantes resultantes, dentre outras razões, das “bagagens culturais” trazidas com eles. E isso se revela, por exemplo, através da discriminação desses indivíduos (muitas vezes convertida em crimes e agressões xenófobas); e no isolamento de grupos (em bairros, atividades laborais, etc.) consequentes das dificuldades de inserção no âmbito social.

Voltemos, então, à afirmação que remeteu a uma discussão sobre o conceito de política e de cultura. Diante do exposto, podemos concluir que o entendimento desses termos em separado não resulta em uma definição para política cultural. Tampouco a simples união dos dois vocábulos. Ao contrário, reitera a necessidade de uma maior discussão com o propósito de amadurecer a compressão sobre política cultural.

Sem a pretensão de esgotar este tema no presente trabalho, afirmamos que, na realidade, os *aspectos político e cultural* de uma política cultural se revelam através: a) dos objetivos de uma política (independente de ser voltada para a área cultural); b) e das peculiaridades culturais que devem consideradas em uma política. A discussão desses dois pontos entrelaça o político e o cultural, sendo decisórios para o entendimento e as práticas que envolvem o setor.

Por fim, temos como outro ponto importante vinculado a uma política cultural o seu *campo de atuação*, ou seja, à definição dos limites e áreas pertinentes a ela. Harvey (1990, p. 16 e 17) afirma que essa delimitação geralmente é feita a partir das “áreas funcionais de competência das instituições nacionais da administração pública”; dos “gastos públicos com cultura”; e da “legislação cultural nacional e local”. E define enquanto domínios culturais:

- a) El conjunto de actividades vinculadas en forma directa al patrimonio cultural (...);
 - b) o conjunto de actividades vinculadas a las diversas expresiones (de creación, representación, reproducción y ejecución) de la cultura artística;
 - c) El conjunto de actividades relacionadas con las industrias culturales, de tradicional o moderna tecnología (...);
 - d) El conjunto de actividades aglutinadas alrededor de la acción de los centros y casas de cultura, medios de la animación cultural (...);
 - e) El conjunto de actividades vinculadas con la cultura comunitaria y popular, tradicional y folklórica, (...)
- (HARVEY, 1990, p. 17)

De fato, a atuação governamental revela-se como um marco importante para a delimitação do campo de atuação de uma política cultural. Em determinada medida, ela

serve de referência para outras instituições e grupos, que baseiam atividades e ações em instrumentos como orçamento; legislação; documentos e programas elaborados por áreas administrativas do governo. Mas essa influência é recíproca, pois a administração pública também modifica seus limites de atuação a partir do que ocorre no contexto sociocultural e a partir da reivindicação de outros agentes (centros de investigação e pesquisa; de instituições culturais privadas e do terceiro setor; das organizações multilaterais; e dos grupos organizados; etc.). Devemos sinalizar, portanto, que as áreas pertinentes a uma política cultural sempre podem sofrer alterações.

Algumas considerações

Seguramente, além dos aspectos políticos, culturais e do campo de atuação, outras lacunas podem ser admitidas na discussão sobre políticas culturais. A própria análise trazida aqui pode ser aprofundada e ampliada. Mais uma vez, cabe reforçar que este trabalho, tomado em seu aspecto introdutório com vistas a uma posterior continuidade, surge da inquietante, e em certa medida frustrante, busca por estudos e pesquisas que abordassem o tema sob uma perspectiva mais reflexiva e teórica.

Reiteramos, também, a importância dos poucos autores que se preocuparam em trazer uma discussão mais conceitual e esperamos que outros se habilitem a fazer o mesmo. Essa necessidade se dá a partir do reconhecimento de que os estudos sobre políticas culturais são recentes, quando comparados a outros campos. Portanto, carece de uma profundidade teórica que pode ser auxiliada pela interlocução de conhecimentos produzidos em distintas áreas como ciência política, direito, estudos culturais e política pública.

Bibliografia

CANCLINE, Nestor Garcia. *Definiciones en transición*. In: MATO, Daniel (org.) *Estudios latinoamericanos sobre cultura y transformaciones sociales em tiempos de globalización*. Buenos Aires, Clacso, 2001, p.65.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito constitucional*. Coimbra, Livraria Almedina Coimbra, 2003. 7ª Ed.

CAMINAL BADIA, Miquel. *Manual de Ciencia política*. 3. Ed. Editorial Tecnos: Madrid, 2006.

BARBALHO, Alexandre. *Política cultural*. In: RUBIM, Linda (org.) Organização e produção da cultura. Salvador, EDUFBA, 2005, p.33-52.

BAUMAN, Zygmunt. *La cultura como práxis*. Paidós: Barcelona, 2002.

HARVEY, Edwin R. *Políticas culturales en iberoamérica y el mundo*. Editorial Tecnos: Madrid, 1990.

MILLER, Toby; YÚDICE, George. *Política Cultural*. Serie Culturas. Gedisa: Barcelona, 2004.

VALLÉS, Josep M. *Ciencia política. Uma introducción*. 5. Ed. Ariel: Barcelona, 2006

RUBIM, Albino. *Políticas Culturais entre o possível e o impossível*. Comunicação apresentada no II Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (Enecult). Salvador: FACOM/UFBA, 2006.

TEIXEIRA COELHO NETO, José. *Dicionário Crítico de Política Cultural*. São Paulo: Iluminuras, 1997.

UNESCO. *Cultural policy: a preliminary study*. UNESCO: Paris, 1969. Disponível em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0000/000011/001173eo.pdf>>. Acesso em março 2011.